



Sessão temática: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Mesa coordenada A questão da identidade profissional do Assistente Social: constituição histórica e a determinação do mercado de trabalho.

O MERCADO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: INDICAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE INSERÇÃO ENTRE 1990 – 2010

ZAIRA SABRY AZAR¹

LUCILENE FERREIRA CERQUEIRA GUIMARÃES²

Resumo: Trata sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil. Tem como referência pesquisa realizada no Maranhão. Aborda sobre determinações constitutivas das condições dos profissionais do Serviço Social no que se refere à sua inserção no mercado de trabalho. Reflete sobre como a reestruturação do capital, caracterizado pela precarização e profundos desdobramentos para a configuração do mercado de trabalho, com o caráter multifacetado da classe trabalhadora. Considera que a institucionalização do Serviço Social no Brasil constitui-se uma resposta à questão social, sendo sua intervenção articulada à formação, organização política e identidade profissional que se manifestam como mediações das condições de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Serviço Social; Reconfiguração do trabalho.

Abstract: It treats about the labor market of social workers in Brazil. It has as reference a research carried out in Maranhão. It approaches constitutive determinations of the conditions for professionals in Social Work with regard to their insertion in the labor market. It reflects on how the restructuring of capital, characterized by the precariousness and deep unfolding for this configuration of its market, with the multifaceted character of the working class. It considers that the institutionalization of Social Service in Brazil represents a response to the social question, and its intervention is articulated through the formation, political organization and professional identity that are manifested as mediations of working conditions.

Keyword: Labor Market; Social Work; Reconfiguration of Work.

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é refletir sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, tendo como referência pressupostos e debates articulados no âmbito da pesquisa *Tendências da Inserção dos Assistentes Sociais no Mercado de Trabalho e a Questão da Identidade Profissional no Maranhão: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo -1990/2010*³.

¹Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

² Profissional de Serviço Social. Conselho Regional de Serviço Social 2ª Região MA.

³Tal pesquisa constitui-se desdobramento temático da investigação *Tendências do Serviço Social no Contexto das Transformações Contemporâneas e Sistema de Controle Social no Maranhão: mercado de trabalho,*

A inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho no Brasil, especialmente sob o impacto das transformações pertinentes à implantação do neoliberalismo, na década de 1990 e a reestruturação das relações capital - trabalho e as transformações que lhes são próprias, com decisiva presença do Estado, redimensionaram a questão social e incidiram sobre a classe trabalhadora em sua totalidade, observando-se a existência de impactos nos mais diversos grupos de trabalhadores, a ser considerado seu papel estratégico na dinâmica reprodutiva do capital.

Temos assim um complexo movimento de precarização das relações e do processo de trabalho e de criações de novos espaços ou mesmo profissões. No campo da identidade profissional, tais rupturas incidem e se manifestam com singular nitidez. De fato, reconfigurações verificadas nas instituições empregadoras e nas condições da prática profissional ao recaírem na consciência profissional e política dessa categoria de trabalhadores, repuseram a questão da identidade profissional como objeto de reflexão e debate.

No que se refere ao mercado de trabalho dos/as assistentes sociais no estado do Maranhão⁴ as primeiras análises do *Cadastro Censitário das Instituições Empregadoras de Assistentes Sociais no Maranhão* forneceram as indicações sobre o mercado de trabalho dos assistentes no contexto das transformações contemporâneas. Trata-se da compreensão de que as alterações **nesse** mercado guardam relações fundamentais com a Reforma do Estado brasileiro nas esferas nacional e estadual. Isto supõe a hipótese de que a transformação desencadeada no plano econômico, através de instituições ou empresas que respondem diretamente pela produção, não determinou a abertura de vagas mediante a ampliação do *mercado de trabalho nas empresas*. Registrou-se, ao contrário, a retração e a pulverização do número de postos de trabalho para os assistentes sociais nesses espaços.

formação profissional e projeto ético-político profissional. Coordenada pelas professoras Josefa Batista Lopes e Marina Maciel Abreu, é desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates sobre Serviço Social e Movimento Social (GSERMS) do Departamento de Serviço Social (DESES), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em articulação com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-MA) e o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

⁴Levantamentos com base no Cadastro do CRESS 2ª Região - MA (SISCAF) e em resultados de pesquisas realizadas no âmbito do GSERMS.

Dessa forma, apresentamos aqui reflexões sobre o mercado profissional de trabalho, estruturadas em duas seções. Na primeira, mediante a recuperação de coordenadas históricas do desenvolvimento do Serviço Social, mapeamos determinações constitutivas das condições de inserção do assistente social no mercado de trabalho brasileiro. A linha de análise é pautada na compreensão de que o fluxo das relações capital-trabalho, com suas contradições e tendências, incidem sobre o mercado de trabalho em geral, cuja característica maior é a precarização das relações de trabalho.

Na segunda seção, aponta sobre a nova morfologia e polissemia do trabalho; o caráter multifacetado da classe trabalhadora atual; as configurações que os arranjos da proteção social e da política social e sua materialidade em instituições, principalmente públicas, adquirem na periferia do capitalismo exercendo profundas influências na conformação das tendências do mercado de trabalho dos profissionais do Serviço Social no Brasil. Na conclusão, sintetizamos a essência dos principais eixos temáticos constitutivos da nossa reflexão e reafirmamos as premissas e argumentos fundamentais que nortearam o nosso estudo, dando destaque aos referentes às condições de inserção dos Assistentes no mercado de trabalho, no Brasil, no período entre 1990 e 2010.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Para tecer reflexões sobre as condições de inserção do assistente social no mercado de trabalho brasileiro, tendo como premissa o reconhecimento de que as atividades cumpridas nesse mercado exercem profundas e insuperáveis determinações nas bases históricas da formação da identidade profissional, cabe rememorar certos aspectos da institucionalização do Serviço Social, nas quais se põe a questão da sua natureza e se erige a intervenção profissional mediante a articulação das dimensões da formação acadêmica-profissional, da produção de conhecimento e da organização profissional e política. (ABREU, LOPES e CARDOSO, 2014).

Com o pressuposto de que o Serviço Social, na particularidade da América Latina e, especificamente, no Brasil, “constitui resposta à evolução

particular do capitalismo nos países, a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das lutas sociais pelo controle do poder político” (CASTRO, 2011, p. 17), compreendemos que, desde sua gênese ou mesmo de suas protoformas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012), a conformação da força de trabalho do assistente social insere-se e enreda-se, a seu próprio modo, nas relações da produção da mais valia. Tal determinação incide sobre o desenvolvimento do Serviço Social permitindo que transformações do mundo do trabalho e seus rebatimentos no mercado de trabalho se expressem nas demandas postas ao exercício profissional no âmbito do cotidiano da prática.

Na condição de “partícipe de processos de trabalho que se organizam conforme as exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação” (IAMAMOTO, 2011, p. 95), o Serviço Social encontra as bases da sua institucionalização e da instauração do seu mercado de trabalho⁵ e, correlato, ingresso nas relações de assalariamento. A profissionalização (origens e desenvolvimento) do Serviço Social inscreve-se no bojo de condições histórico-sociais que abrigam a necessidade do capital agenciar *colaboradores na reprodução da força de trabalho como mercadoria*. Situa-se e desenvolve-se, portanto, no amplo e complexo processo de produção e reprodução de relações sociais capitalistas, nas relações entre as classes e destas com o Estado, assim como nas correlações de forças sociais, em disputa, quando de sua legitimação como profissão.

É possível dizer que o Serviço Social se institucionaliza como profissão e ingressa, mediante um conjunto amplo de atribuições e competências profissionais no mercado de trabalho, visando incidir na relação entre as classes em confronto e destas com o Estado, às demandas do capital de controle sobre o trabalhador e classes subalternas.

Traçando o caráter *disciplinador* ou a contribuição do Serviço Social à subordinação do trabalhador ao mercado, Maciel (2002) demarca três referências históricas para caracterizar as formas de inserção profissional e os processos pedagógicos desenvolvidos pelo Serviço Social nos *processos de organização da cultura*.

⁵É relevante não perder de vista que, antes de encontrar espaço universitário, o Serviço Social já se configurava mediante objetivos tácitos ou explícitos, setores para os quais os profissionais dirigiam a sua prática e agentes concretos encarregados de exercitá-la. (CASTRO, 2011, p. 45)

No primeiro momento, a *pedagogia da ajuda*, sob influência de concepções teórico-metodológicas advindas da Europa e Estados Unidos⁶, e definida pelo caráter de *ajuda psicossocial individualizada*, centrada na *perspectiva da reforma moral e reintegração social*, que concretiza-se na perspectiva da *psicologização das relações sociais*, explicada pela dimensão individualizada adotada ou redefinida pelo capital monopolista. A questão social passa a ser mediada por políticas sociais estatais focalizadas, que tratam as sequelas daí derivadas como *setorizadas e transfiguradas em problemas pessoais privados* (MACIEL, 2002, p. 86).

Profissionalmente, o assistente social é

[...] requisitado para o exercício das funções, pedagógica e intelectual, voltadas para a formação de um conformismo mecanicista, imposto pelas necessidades do padrão fordista/taylorista de produção e de trabalho, em que funções coercitivas são disfarçadas em formas de ações persuasivas sob a aparência humanitária de 'servir ao homem' (MACIEL, 2002, p. 91/2).

Dessa maneira, a inserção do assistente social, como categoria profissional, força de trabalho ou mercadoria, no mercado de trabalho, dá-se em meio à conformação geral do mercado de trabalho regular aos moldes capitalistas no Brasil.

A *pedagogia da participação* é a segunda referência histórica indicada por Maciel (2002) e é apreendida no contexto da ideologia desenvolvimentista conservadora, *reino das estratégias expansionistas do capital monopolista*, sob a hegemonia do imperialismo econômico dos Estados Unidos frente ao avanço do *espectro comunista* e das proposições societárias de libertação, referenciadas na região latina pela revolução cubana. Na realidade, as desigualdades sociais, a pobreza e as tensas relações existentes entre as classes sociais e os governos imperantes nos países da América Latina, em especial no Brasil, constituíam ameaça à ordem vigente, daí a necessidade de *integrar* os segmentos pobres da população trabalhadora e subalterna na perspectiva da participação e do desenvolvimento.

Nesse prisma, com fortes rebatimentos na direção social, no arcabouço teórico-metodológico e no mercado de trabalho dos assistentes sociais, são

⁶Importante relembrar a reflexão feita por Castro (2011) acerca da influência do continente europeu na conformação do Serviço Social na América Latina e no Brasil, quando o autor acentua que tal influência só pode ser explicada se se compreendem os nexos de subordinação estrutural. “[...] sem esta referência, chega-se a uma verdade parcial que pode propiciar um entendimento equivocado: pode-se situar o denominado reflexo como se ele fosse o produto de uma seleção voluntária em face de um leque de alternativas” (CASTRO, 2011, p. 39).

reorganizados processos de *ajuda individual* convergentes a ampliar a ação e o alcance do trabalho profissional. A prioridade é atribuída a práticas de autoajuda e de ajuda mútua nas dinâmicas de participação impulsionadas no interior das relações comunitárias na busca de integra-las ao processo de desenvolvimento. A intenção respaldava a continuidade histórica do conservadorismo político da profissão, cujo tecnicismo positivista consubstancia a *tendência à naturalização da vida social*. A ideia central era, mais uma vez, a responsabilização do indivíduo, agora em grupos e comunidades, atuando de forma participativa na construção de *alternativas* aos problemas sociais.

A modernização - desenvolvimentista e conservadora - tendo como um dos seus substratos a retórica da participação contribuiu para a ilusão da democracia e do bem comum. Nesse contexto, a pobreza, resultante das desigualdades sociais pertinentes ao desenvolvimento social e histórico do Brasil, deveria ser enfrentada através da contribuição ativa de comunidades urbanas e rurais e a participação individual, célula organizativa do popular, promoveria a integração da comunidade às políticas e programas governamentais, visando à promoção social.

Do ponto de vista da institucionalização do Serviço Social e da conformação do mercado de trabalho profissional, a habilitação dos assistentes sociais para promover a participação social nos termos assinalados reforça, à época, o dado histórico da profissão atender, fundamentalmente, os interesses das classes dominantes, como funcionários de instituições privadas, da Igreja e do Estado. Nessa forma de subsunção, o exercício profissional mediava práticas assistencialistas, filantrópicas e de ajustamento ao sistema e ampliava seu caráter pragmatista e dependente da literatura europeia e norte-americana e de manuais de orientação do fazer profissional.

Porém, contradições próprias ao desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema, destacadamente padrões retrógrados nas relações de trabalho, que radicalizam a *questão social* e interpelam as políticas desenvolvimentistas, rebatem e são respondidas no Serviço Social mediante inquietações e críticas vocalizadas por estudantes e profissionais de vários países da América Latina. Constituiu-se então o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Tal Movimento passa a compor uma mediação fundamental no

redirecionamento do perfil pedagógico da prática do assistente social no continente latino-americano. Este, na visão de Maciel, pode ser demarcado através de duas tendências profissionais:

[...] uma, integrada ao processo de modernização conservadora, é intensificada no país a partir de então; outra é referenciada na busca de vinculação profissional com a perspectiva histórica das classes subalternas (MACIEL, 2002, p. 112).

Outras referências teórico-metodológicas e experiências político-organizativas foram, então, buscadas pelo Serviço Social tendo em vista sua intervenção junto ao agravamento da questão social, manifesto, principalmente, na precariedade das relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores subalternos, no campo e na cidade.

Há que se registrar, nessa conjuntura, a busca de reflexão sobre novos fundamentos para a prática profissional mediante debates e encontros, dentre os quais se destacam os encontros de Araxá, em 1967, e Teresópolis, em 1970. No entanto, as deliberações teórico-metodológicas e políticas pertinentes a tais encontros ainda expressam, conforme registros documentais, a hegemonia da tendência conservadora no Serviço Social.

São inflexões do desenvolvimento e redefinição profissional do Serviço Social, que, no continente latino-americano, ganha corpo nos marcos do Movimento de Reconceituação, como forma de enfrentamento da crise profissional acentuada a partir dos anos 1960 e consubstanciada no confronto entre projetos societários diferenciados. Há, por um lado, a negação das bases conservadoras da profissão que não atendem às demandas da classe trabalhadora, e por outro, a insistência na manutenção destas bases. (MACIEL, 2002, p. 128).

Já são muitos os balanços críticos sobre limites e equívocos presentes nos momentos iniciais da aproximação do Serviço Social à teoria social crítica de Marx. O não contato direto com as ideias marxianas, por exemplo, teria desencadeado um *marxismo sem Marx*, de forte caráter pragmático e reproduzido em manuais populares e partidários. (SILVA, 2007, p 284), o que resultou em simplificações teórico-metodológicas apoiadas em rotulações conceituais destituídas da complexa e rica orientação dialética materialista.

Mas, os efeitos negativos das versões simplificadas ou simplesmente ideologizadas do pensamento marxiano e marxistas no âmbito do Serviço Social não foram duradouros. Já no final da década de 80 e início de 90 do século XX, a crítica

e a permanente busca de aprofundamento teórico, bem como experiências profissionais norteadas por esse pensamento, apoiadas num vigoroso processo organizativo de instâncias acadêmicas e profissionais, convergiram para a consolidação do projeto ético-político profissional do Serviço Social no Brasil, lastreado na teoria crítica marxista com significativa solidez acadêmica e teórica. (LOPES, 2016).

Nesse contexto, encontra-se, seguindo a linha analítica de Maciel (2002) sobre os perfis pedagógicos da profissão, a configuração da *pedagogia emancipatória*. Esta referência compromete política e eticamente a profissão com a emancipação das classes subalternas. Aqui, as políticas assistenciais materializadas na ajuda psicossocial individualizada e na participação integrativa são problematizadas e reconstruídas no processo de luta e de constituição autônoma dessas classes. Nesse horizonte, Maciel (2002) se refere a relevância de princípios como o educativo, embasado na *pedagogia da revolução*, onde seja possível o vislumbre da hegemonia dessas classes.

Cabe assinalar que a ruptura com o legado conservador que caracteriza sua origem, desdobrando-se na afirmação de uma direção social que deve orientar a formação e a profissionalização, ao se relacionar com o mercado de trabalho do assistente social produz e exige relações e mediações pertinentes à compra e venda dessa força de trabalho por empregadores diversos, inserindo-se, portanto, no mercado de trabalho com todos os efeitos daí derivados.

Isto implica não perder de vista as condições atuais do capitalismo nas quais se processam substantivas mudanças nos modos de contratação, organização e gestão do trabalho e nos históricos indicadores da precarização das relações de trabalho no Brasil. Trata-se aqui, principalmente, das transformações processadas nesse país com a implantação e consolidação do neoliberalismo na década de 1990.

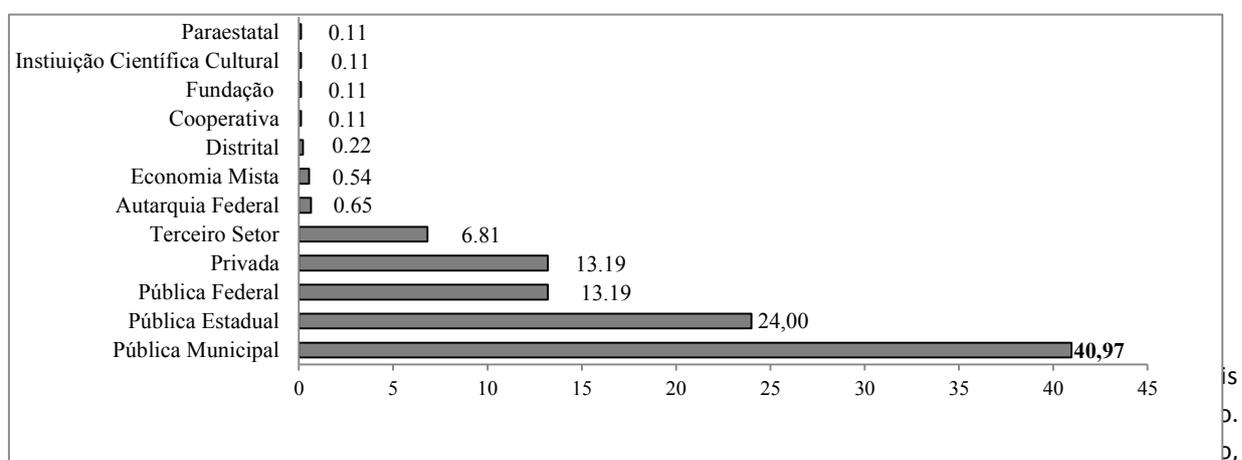
3. TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Na contemporaneidade, as condições de inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho brasileiro, de modo progressivo, tem sido objeto de estudos e debates tanto no âmbito da Academia quanto por parte das entidades de organização e defesa da profissão, como o conjunto CFESS/CRESS (formado pelo

Conselho Federal de Serviço Social, por 25 Conselhos Regionais de Serviço Social e por duas Seccionais de Base Estadual) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)⁷.

A pesquisa nacional sobre o perfil dos assistentes sociais, promovida pelo CFESS no ano de 2004 e publicada em 2005, constatou que, no Brasil, tais profissionais atuam, relevantemente, em instituições públicas estatais, - traço que perdura e acompanha o desenvolvimento histórico do Serviço Social - encontrando-se, no período de efetivação da pesquisa, assim distribuídos: 78,16% dos profissionais inseridos em instituições públicas estatais, sendo 40,97% de âmbito municipal, 24% estaduais e 13,19% federais. As demais instituições de inserção profissional são: empresas privadas, 13,19%, instituições federais, 13,19% e Organizações não Governamentais (ONGS), Associações e Cooperativas, 6,81%. Tal situação pode ser assim graficamente representada:

Quadro 1 - Natureza da instituição do principal vínculo empregatício do Assistente Social



Ceará, Espírito Santo, Pernambuco e Maranhão. A necessidade e urgência dessas podem ser observadas a partir das deliberações dos Encontros Nacionais do conjunto CFESS/CRESS e nas recomendações emanadas do XXXVIII Encontro Nacional CFESS/CRESS, em Mato Grosso do Sul, em setembro de 1999. A pesquisa nacional sobre o perfil dos profissionais e do mercado de trabalho resultou na investigação, efetivada mediante convênio entre o CFESS e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), foi intitulada *ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: elementos para o estudo do perfil profissional* e teve sua publicação no ano de 2004, No âmbito da formação profissional do assistente social, a preocupação com a temática se manifesta numa das Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social “[...] apreensão das demandas [...] postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1997, p. 58).

Fonte: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). Assistentes sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília, DF, 2005.

O reconhecimento de múltiplas e significativas alterações nas condições de inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho no Brasil levou o GSERMS a buscar “analisar as tendências da inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho profissional no Maranhão, nos marcos das transformações contemporâneas, sob o neoliberalismo, considerando a reconfiguração dos espaços sócio-ocupacionais, materializados nas instituições empregadoras e nas condições da prática profissional, com destaque para a incidência desses processos sobre as relações de trabalho e a questão da identidade profissional” (GSERMS, 2010).

No campo dos impactos das transformações ocorridas no Brasil, na década de 1990, destacam-se os verificados nas práticas profissionais, em particular aquelas conectadas ao campo das políticas sociais. Acontece que, sob o impulso do neoliberalismo e acompanhando as alterações no escopo da ação do Estado visando responder exigências do capital em crise, tais políticas foram drasticamente redefinidas e, ao mesmo passo, impuseram novos contornos ao mercado profissional de trabalho.

Destacamos que, nessa conjuntura, igualmente fazem Lopes e Abreu (2011), as metamorfoses do mercado de trabalho profissional dos assistentes sociais, a partir de 1990, se fazem associadas ao entrecruzamento dos impactos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CFB de 1988) com a Reforma do Estado Brasileiro, ocorrida a partir de 1995, e os processos de flexibilização do trabalho, em que o Estado mantém-se como principal empregador dessa categoria de trabalhadores.

De fato, na particularidade brasileira, exprimindo contradições entre conquistas de direitos e sua funcionalidade à exploração capitalista, a Assistência Social, na CFB de 1988, passou a integrar, juntamente a Saúde e a Previdência Social, a Seguridade Social. Tal arranjo político-estatal que redefine a Assistência Social, legalmente instituída e organizada através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005), vem se apresentando, no domínio do processo de Reforma do Estado brasileiro, como relevante estratégia de enfrentamento das desigualdades e controle da pobreza. Assim, as formas assumidas pela Política de Assistência Social na periferia do

capitalismo, a exemplo do Brasil, têm convergido para favorecer o alargamento do mercado de trabalho e da atuação de assistentes sociais nesse campo⁸.

Objetivamente, por força da Norma Operacional Básica-NOB/RH/SUAS/2006, que define a estrutura de organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica e especial, cuja equipe de referência - equipe de servidores efetivos - inclui o assistente social entre os profissionais requisitados. Isto se exprime, principalmente, em âmbito municipal e por intermédio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS). De fato, no Brasil, ao longo da estruturação do SUAS, sucede-se o aumento do número de CRAS e CREAS e, conseqüentemente, o número de assistentes sociais empregados nesses espaços sócio ocupacionais. Segundo Brasil (2010 apud ABREU; GUIMARÃES, 2012, p. 5):

[...] de 2005 a 2010, foram implantados no país 5.105 novos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e 904 novos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. Em junho de 2010, já totalizavam 6.010 CRAS cofinanciados pelo governo federal, distribuídos em 4.385 municípios, representando 78,8% dos municípios brasileiros. No mesmo período, 1.979 municípios já possuíam CREAS.

A reorientação impressa à Política de Assistência Social produziu, no decurso de um ano, significativo aumento do número de CRAS e CREAS, conforme demonstra o Censo SUAS - CRAS/2011: [...] estão implantados 7.475 CRAS em 5.264 municípios, ou seja, 95% dos municípios brasileiros possuem ao menos um CRAS. Em oito estados, todos os municípios têm CRAS implantados e os demais, exceto o Amapá, têm mais de 87% dos municípios com CRAS implantados. (BRASIL, 2013, p. 21).

⁸Na análise das alterações no perfil das instituições fundadas nos principais eixos da Reforma do Estado, no redimensionamento da justiça e na reestruturação produtiva, é relevante não perder de vistas as pontuações assinaladas por Lopes e Abreu (2010, p. 113) referenciadas nas metamorfoses no mercado de trabalho profissional dos assistentes sociais no Maranhão. Entre estas pontuações, as autoras destacam: "[...] c) municipalização das políticas de assistência e saúde, com ampliação da demanda para os assistentes vinculados a prefeituras e outros órgãos da administração municipal; d) proliferação de ONG e cooperativas com demanda para os assistentes sociais; e) expansão do espaço ocupacional dos assistentes sociais na área sócio jurídica, a partir de 1988 com a contratação de profissionais para compor o quadro de diversas instituições ligadas ao Tribunal de Justiça e com realização de concursos, em 2004 e 2005, e a nomeação das primeiras assistentes sociais aprovadas no concurso, em 2006; e) reestruturação do padrão de organização do processo produtivo e de trabalho no âmbito industrial, comercial e serviços, com introdução de novos protocolos gerenciais e de consumo da força de trabalho que reduzem o contingente de assistentes sociais nas diferentes empresas, mas ampliam e pulverizam a inserção desses profissionais em um maior número de empresas capitalistas".

O progressivo aumento do número de CRAS e CREAS vem favorecendo, conseqüentemente, a ampliação do quadro de trabalhadores nesse campo, com destaque para a mercadoria *força de trabalho* do assistente social, que representa maior percentual frente às demais especialidades técnicas: [...] o profissional de Serviço Social representa 22% dos recursos humanos dos CRAS; a Psicologia, 13% e a Pedagogia, 6%. Esses quantitativos viabilizaram a presença, em 97% dos CRAS, de ao menos um assistente social, ao passo que 85% dessas unidades têm psicólogo e 36% têm pedagogo. (BRASIL, 2013, p. 41).

A compreensão do destaque que a Política de Assistência Social exerce, a partir dos anos 1990, nas condições de inserção, circulação e uso da força de trabalho dos profissionais de Serviço Social tem pressupostos. Um deles guarda relação com o reconhecimento de que as configurações que tal política adquiriu na contemporaneidade brasileira não podem ser desvinculadas do contexto de reestruturação capitalista, a qual intensifica a precarização do trabalho, aprofunda as desigualdades e enfatizam medidas de alívio da pobreza como possibilidade de política social efetiva. (GSERMS, 2010).

O relevo atual assumido pela Assistência Social⁹ no contexto das demais políticas sociais, com importantes e desafiadoras repercussões no Serviço Social, especialmente no seu mercado de trabalho, vem provocando polêmicas, referenciado debates e ensejando produções teóricas sobre o assunto¹⁰. O GSERMS participa desse esforço, dando ênfase a análises críticas sobre a reconfiguração das instituições empregadoras dos assistentes sociais e das condições da prática profissional e suas incidências na consciência profissional e política dos assistentes sociais, sobretudo no que diz respeito à questão da identidade profissional problematizada em seus nexos com o mercado de trabalho.

⁹O superdimensionamento dessa Política atualmente, na esfera da proteção social, em detrimento de garantias de outras políticas e da negação do direito ao trabalho, constitui-se uma luta que data desde o século XIX, em que Marx (1989) já anunciava que esse direito fora metamorfoseado em direito à assistência pública. Ao analisar as mudanças da Constituição francesa resultante do processo constituinte em 1848, considera que esta responde aos propósitos do capital de dissimular a reprodução do/a trabalhador/a pela condição da pobreza, ou seja, como pobre, e de mantê-lo e sua família em permanente estado de necessidade em relação à sua subsistência. (ABREU, 2011, p. 244).

¹⁰Ainda assim, para muitos, a exemplo de Guerra, continuamos a ter [...] pouco conhecimento acerca dessa profissão, do ponto de vista de sua história e de sua cultura, das suas condições atuais de inserção no mercado de trabalho, assim como pouco conhecemos os/as usuários/as dos nossos serviços. [...] a história e a cultura profissionais têm que ser ainda mais e mais bem analisadas, tendo em vista as transformações do Estado e da sociedade, as quais vão repercutir de uma maneira muito particular na cultura profissional. (GUERRA, 2011, p.271)

Com tal interesse investigativo e tendo por base levantamento realizado por acadêmicas do Curso de Serviço Social, o GSERMS formula a hipótese quanto ao retraimento e não abertura de vagas de emprego para assistentes sociais em empresas privadas. Tal hipótese ganha sustentação se, tomarmos, também, certos dados empíricos do Cadastro de Instituições Empregadoras dos Assistentes Sociais na área de empresa, do CRESS/MA, indicativos de que, no estado do Maranhão, no ano de 2009, registra-se a presença de assistentes sociais em espaços como SENAI, Solar Consultoria, Ramos Transporte, Viação Itapemirim, contudo, atualmente, tais empresas não mais dispõem do profissional de Serviço Social em seus quadros.

O GSERMS, em relação às metamorfoses no mercado de trabalho profissional, também assinala a redução da presença do Serviço Social em instituições que, historicamente, contavam com assistentes sociais, a exemplo das Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR). O processo de privatização dessa empresa reduziu significativamente o número de profissionais, contando, atualmente, apenas com uma assistente social lotada no setor de recursos humanos. Por outro lado, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), sociedade de economia mista integrante da Administração Pública do Governo Estadual do Maranhão, no ano de 2008, realizou concurso público, e incluiu dentre as atribuições profissionais a elaboração de projetos de saneamento e possibilitou que setores estratégicos da empresa pudessem ser ocupados por assistentes sociais.

Situações, questões e contrapontos dessa ordem remetem à imperativa necessidade de maior aprofundamento quanto às alterações no perfil das instituições considerando seus vínculos com a Reforma do Estado, o redimensionamento da engenharia institucional jurídico-política da justiça brasileira e a reestruturação produtiva. Afinal, é preciso compreender-se a reconfiguração dos espaços profissionais e sua relação com a importância estratégica de cada um deles no sistema de produção e na divisão social do trabalho, pela qual, enquanto novos espaços são criados, outros são fadados ao desaparecimento ou à redução e outros são reestruturados (GSERMS, 2010)

Tais processos manifestam dimensões da *questão social* e das respostas às suas múltiplas expressões específicas construídas na dinâmica da relação entre

as classes e destas com o Estado. Nesse contexto, as alterações no perfil das políticas sociais e a redução/degradação dos serviços públicos em curso na sociedade brasileira respondem à perspectiva de afastar limites à lógica material do sistema capitalista e sua ofensiva neoliberal, determinante que se contrapõe, necessariamente, à ampliação e garantia de direitos sociais e de políticas públicas de responsabilidade estatal. São dimensões, portanto, que, conformando e retratando a incapacidade do Estado em responder ao conjunto das demandas que fluem para o seu interior, afetam diretamente os assistentes sociais no confronto cotidiano da prática com as demandas postas ao exercício profissional.

[...] nos entraves e limites institucionais que revelam simultaneamente, o modo de agir do Estado nas respostas às expressões da questão social, por meio de políticas sociais com ênfase na focalização e em situações específicas de vivência da pobreza, necessidades reais da vida cotidiana dos usuários são respondidas com estratégias que combinam intensificação na responsabilidade individual e familiar com políticas e programas sociais que asseguram, em condições raras de funcionamento, acesso ao mínimo, [...] capaz de tão somente tornar a vida física possível. (SANTOS, 2010, p. 699).

As alterações nas relações de trabalho, no escopo da ação Estado e no perfil das políticas sociais, também constituem o suporte essencial de muitas das alterações nas condições de inserção do assistente social no mercado de trabalho.

A precarização das condições de trabalho é considerada por Lopes e Abreu (2010) uma das dimensões centrais das atuais metamorfoses no mercado de trabalho dos assistentes sociais, o que se expressa por:

[...] baixos salários comparados com os salários de outros profissionais vinculados às mesmas atividades; vínculos precários com a instituição empregadora, na medida em que permanecem restritas as oportunidades de inserção no mercado de trabalho via concursos públicos; jornadas de trabalho tendem a uma sobrecarga de atividades, considerando, sobretudo, a redução de funcionários em atividades de apoio ao trabalho dos assistentes sociais (cujas atividades em muitos casos não são consideradas como atividades fim), principalmente após as iniciativas de informalização dos protocolos administrativos; limitadas e precárias condições materiais referentes a instalações físicas, equipamentos e recursos materiais, o que contribui para reforçar a subalternização da natureza dos serviços prestados pelo assistente social na hierarquia da divisão sócio-técnica do trabalho. (LOPES; ABREU, 2010, p. 113).

As pontuações até aqui assinaladas relativas às bases materiais do exercício da profissão do Serviço Social no Brasil, permitem à alusão a outras dimensões que, ao travarem relações com o mercado de trabalho dos assistentes

sociais, põem em relevo um campo de tensões entre o projeto ético-político profissional, hoje hegemônico no Brasil, as configurações do trabalho e de assalariamento e as condições da formação profissional, aqui entendida como parte de um projeto profissional fundado no compromisso com as lutas democráticas e emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a sociedade.

4.CONCLUSÃO

A reflexão aqui exposta nos permite concluir que as novas configurações do trabalho se manifestam e incidem na totalidade da vida social e no mercado de trabalho em geral, assumindo contornos específicos no domínio das diversas práticas profissionais. A institucionalização do Serviço Social, que, nas particularidades latino-americana e brasileira constitui-se como umas das respostas à questão social, a sua intervenção mediante a articulação da formação acadêmica-profissional, da produção de conhecimento e da organização profissional e política (ABREU, LOPES e CARDOSO, 2014), a formação da consciência e da identidade profissional e a direção social orientadora da prática profissional manifestam-se como mediações constitutivas das condições objetivas do trabalho, de assalariamento e do mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil.

Neste sentido, retomamos as premissas que nortearam nossa reflexão, reafirmando que:

(1) nas transformações contemporâneas, mais precisamente no período 1990/2010, o mercado de trabalho dos assistentes sociais, um elemento fundamental da sua profissionalização, também se tornou objeto de estrangimentos e possibilidades histórico-sociais e legal-institucionais que vêm redesenhando esse mercado e atingindo a identidade profissional em extensão e profundidade;

(2) as reconfigurações verificadas no mundo do trabalho e no mercado de trabalho repõe, em patamares mais complexos, a condição do assistente social como trabalhador assalariado - na esfera do Estado e em organismo privados (empresariais ou não empresariais) - considerando que a mercantilização da força de trabalho e sua subordinação ao trabalho abstrato por si só já impregna de contradições e desafios a efetivação do projeto ético-político profissional;

(3) a tendência de reafirmação da assistência social, a partir da Lei Orgânica da Assistência (LOAS) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), como espaço privilegiado da prática profissional amplia o mercado de trabalho em termos quantitativos e reforça a tendência do Estado constituir-se o maior empregador dos profissionais de Serviço Social, dado histórico que atribui aos assistentes sociais o atributo de servidor público, situando-os, dessa forma, num estatuto assalariado específico;

(4) o avanço do conservadorismo; a tendência de organização do Estado através de mecanismos como a privatização e terceirização; a reorientação do gasto público em benefício do grande capital financeiro, sob a prevalência de interesses rentistas e em prejuízo do trabalho e direitos, repõem para os assistentes sociais desafios quanto à permanência e ampliação da sua presença no mercado de trabalho e no tocante a sustentação do Projeto Ético-Político Profissional e articulação com as lutas sociais das classes subalternas;

Tais reflexões são fundamentais para compreendermos a profissão no tempo presente e requerem sua continuidade, um estudo permanente. Faz-se necessário refletir mais sobre o assistente social na condição de trabalhador assalariado e a saúde desse trabalhador tendo como pano de fundo a relação capital/trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. GUIMARÃES, Lucilene Ferreira Cerqueira. O Serviço Social na área da Assistência Social: sobre a expansão do trabalho do assistente social a partir do SUAS. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v, 16, n. esp., p.163-170, out.2012.

Antunes, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRAZ, M. A. Hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília, n.10, 2007.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2011.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.18, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez. 2011.

_____. C. Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

GSERMS. **As lutas as lutas sociais nas transformações contemporâneas**: tendências e incidência no Serviço Social no Brasil. Projeto de Pesquisa. DESES-UFMA. São Luís, 2010

GUIMARÃES, Lucilene Ferreira Cerqueira. O Serviço Social na área da Assistência Social: sobre a expansão do trabalho do assistente social a partir do SUAS. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 16, n. esp., p.163-170, out. 2012.

LOPES, J. B. 50 Anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís: EDUFMA, v. 20, n.1, 2016.

LOPES, J. B. e ABREU, M. M. Transformações contemporâneas e perspectivas do Serviço Social no Maranhão: incidência sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura profissional. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, n. esp., ago. 2010.